

BANCO DE ÊXITOS SOLIDARIEDADE E
AUTONOMIA - BESA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

BANCO DE ÊXITOS SOLIDARIEDADE E AUTONOMIA - BESA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Aos Conselheiros e Administradores do
Banco de Êxitos Solidariedade e Autonomia - BESA
Curvelo - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco de Êxitos Solidariedade e Autonomia - BESA ('Entidade'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Êxitos Solidariedade e Autonomia - BESA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 R1).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de Lucro) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 01 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG 009485/F-0



Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3

BANCO DE ÊXITOS SOLIDARIEDADE E AUTONOMIA - BESA

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.519	-	Fornecedores	-	167	156
		1.519	-	Empréstimos	-	-	25
						167	181
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	4	3.943	9.256	Patrimônio social	-	9.075	15.337
		3.943	9.256	Deficit acumulado	-	(3.780)	(6.262)
					6	5.295	9.075
Total do ativo		<u>5.462</u>	<u>9.256</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>5.462</u>	<u>9.256</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE ÊXITOS SOLIDARIEDADE E AUTONOMIA - BESA

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2018	2017
Receitas operacionais			
Doações		5.000	46.240
Resultado financeiro		(1.474)	(819)
		<u>3.526</u>	<u>45.421</u>
Despesas operacionais			
Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais	6	-	(43.840)
Despesas gerais/apoio administrativo		(7.306)	(7.843)
		<u>(7.306)</u>	<u>(51.683)</u>
Deficit do exercício		<u>(3.780)</u>	<u>(6.262)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE ÊXITOS SOLIDARIEDADE E AUTONOMIA - BESA

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Deficit do exercício	<u>(3.780)</u>	<u>(6.262)</u>
Deficit do exercício com efeito dos resultados abrangentes	<u><u>(3.780)</u></u>	<u><u>(6.262)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE ÊXITOS SOLIDARIEDADE E AUTONOMIA - BESA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Patrimônio social integralizado	Déficit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	21.053	(5.716)	15.337
Absorção do déficit acumulado	(5.716)	5.716	-
Déficit do exercício	-	(6.262)	(6.262)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15.337	(6.262)	9.075
Absorção do déficit acumulado	(6.262)	6.262	-
Déficit do exercício	-	(3.780)	(3.780)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.075	(3.780)	5.295

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE ÊXITOS SOLIDARIEDADE E AUTONOMIA - BESA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Deficit do exercício	(3.780)	(6.262)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação do exercício	5.313	5.693
	<u>1.533</u>	<u>(569)</u>
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	11	36
Empréstimos	(25)	25
Repasse a realizar	-	-
	<u>(14)</u>	<u>61</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	<u>1.519</u>	<u>(508)</u>
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.519</u></u>	<u><u>(508)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	508
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.519	-
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.519</u></u>	<u><u>(508)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco de Êxitos Solidariedade e Autonomia é um articulador de projetos sociais exitosos, identificando, avaliando, mapeando, reunindo e disseminando tecnologias sociais diversas, gerando visibilidade e apoio ao desenvolvimento dessas tecnologias, além do trabalho de defesa, preservação e conservação do meio ambiente, do ecossistema e promoção do desenvolvimento comunitário e sustentável.

Possui certificado de qualificação federal como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde 11 de dezembro de 2003, pelo Ministério da Justiça e Certificado de Qualificação Estadual como OSCIP, desde 12 de novembro de 2004, pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

Em 2012, desenvolveu na cidade de Araçuaí/MG o projeto Caminho das Águas: uma Proposta para o semi-árido com o patrocínio da Petrobras Ambiental e parceria do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), Dedo de Gente, Escola Família Agrícola (EFA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Biohabitate, entre outros parceiros locais.

Em 2014 o Banco de Êxitos encerrou a gestão do projeto da Petrobrás e não iniciou a gestão de nenhum novo projeto.

A Entidade, em conformidade com o seu Estatuto Social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit a título de lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos, refletidos devidamente, em seus demonstrativos contábeis.

A Administração Entidade aprovou a emissão das demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas em 01 de março de 2019.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e norma NBC ITG 2002 (R1) aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, com exceção do registro do trabalho voluntário dos membros da administração em função das dificuldades de apuração.

2.1. Sumário e descrição das principais práticas contábeis

(a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Entidade.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, exige que a Administração aplique julgamento na aplicação das práticas contábeis e utilize estimativas e premissas para determinar os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Faz parte inerente de qualquer processo de estimativa ocorrer diferenças entre os valores estimados e os valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões relacionadas a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Entidade. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Entidade revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

O Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Entidade concluiu que o Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos monetários circulantes é relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, registrou o ajuste.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

2.3. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.4. Doações e subvenções

As doações locais e as subvenções são apropriadas no momento da disponibilização do recurso em conta corrente bancária ou do recebimento do bem.

2.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo.

2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Quando aplicável, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.7. Apuração do superavit ou deficit

O superavit ou deficit do exercício é apurado pelo regime contábil da competência dos exercícios.

2.8. Isenção tributária

A Entidade possui isenção das contribuições sociais por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e está devidamente regularizada nos órgãos normativos.

2.9. Instrumentos financeiros

A boa prática contábil determina a divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Entidade estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação, ou na ausência deles, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante o exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades constantes dos saldos bancários referem-se a recursos que serão aplicados nos projetos sociais no próximo exercício:

BANCO DE ÊXITOS SOLIDARIEDADE E AUTONOMIA - BESA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Aplicações financeiras		
Santander 13.000799-1	1.519	-
	<u>1.519</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes e caixa	<u>1.519</u>	<u>-</u>

4. Imobilizado

Em 31 de dezembro, a posição do imobilizado era a seguinte:

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Custo ou avaliação			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12.250	2.699	14.949
Depreciação	(4.395)	(1.298)	(5.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>12.250</u>	<u>2.699</u>	<u>9.256</u>
Custo total	43.985	14.394	58.379
Depreciação acumulada	(36.130)	(12.993)	(49.123)
Valor contábil	<u>7.855</u>	<u>1.401</u>	<u>9.256</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.855	1.401	9.256
Depreciação	(4.399)	(914)	(5.313)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>3.456</u>	<u>487</u>	<u>3.943</u>
Custo total	43.985	14.394	58.379
Depreciação acumulada	(40.529)	(13.907)	(54.436)
Valor contábil	<u>3.456</u>	<u>487</u>	<u>3.943</u>

5. Passivos contingentes

A Entidade não possui ações judiciais em andamento, seja nelas figurando no polo ativo ou passivo, em 31 de dezembro de 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Patrimônio social

O Patrimônio social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 5.295 (R\$ 9.075 - 31 de dezembro de 2017).

Todos os resultados obtidos pelas operações da Entidade são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de entidade sem fins lucrativos.

7. Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais

As despesas da Entidade com investimentos e manutenção de projetos sociais, podem ser assim demonstradas:

	2018	2017
Gestão de projeto	-	(43.840)
	-	(43.840)

8. Isenção tributária

A Entidade possui isenção das contribuições sociais por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e está devidamente regularizada junto aos órgãos normativos.

9. Instrumentos financeiros

A boa prática contábil determina a divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Entidade estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação ou, na ausência deles, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

Durante o exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos.

10. Seguros (não auditado)

A Entidade mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

11. Eventos subsequentes

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico nº CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Sebastião Rocha
Presidente

Carlos José Rodrigues Contabilidade - CRC/MG 02318
Carlos José Rodrigues - CRC/MG070047/O-3